

PAULUS *Social*

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Ano 2 – Nº 6 | Julho - Setembro 2020



PANDEMIA E O PREÇO SOCIAL

UMA ANÁLISE ACERCA DA PANDEMIA NA HISTÓRIA:
IMPACTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ECONÔMICOS

• PARCEIROS EM AÇÃO

CONVIVÊNCIA À DISTÂNCIA - AS ADAPTAÇÕES
DO ATENDIMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL
DURANTE O DISTANCIAMENTO

• REFLEXÃO

MÃES SOLO E A GARANTIA DOS
DIREITOS DE SEUS FILHOS



PAULUS

Comunicação para um mundo melhor!

A PAULUS tem como missão promover integralmente o ser humano por meio da comunicação e da assistência social, educacional e cultural. Como dizia o fundador, o Bem-Aventurado Tiago Alberione, na porta dos conventos, antigamente, distribuíam-se pão, sopa etc., prática mantida ainda hoje em muitos lugares; assim, também é preciso distribuir na porta dos conventos a verdade e o conhecimento.

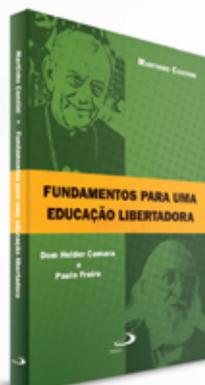
No ramo editorial, a PAULUS iniciou sua atuação no Brasil em 1931. Como difusora de cultura, saberes e sonhos, acredita que a leitura tem o poder de transformar vidas, a sociedade e o mundo!



ECOLOGIA
Vida ou morte?
João Batista
Libanio



**ALMANAQUE
DA CIDADANIA**
João Pedro Roriz



**FUNDAMENTOS PARA
UMA EDUCAÇÃO
LIBERTADORA**
Dom Helder Camara e
Paulo Freire
Martinho Condini



**BRASIL: UM
MOSAICO DE
CULTURAS**
Cordel
Nezite Alencar



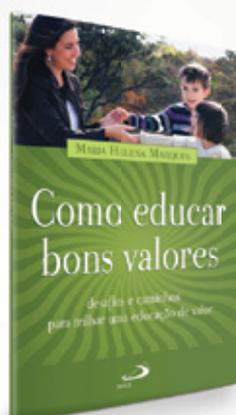
**UM CERTO DITO:
CAIPIRA**
Elinaldo Meira



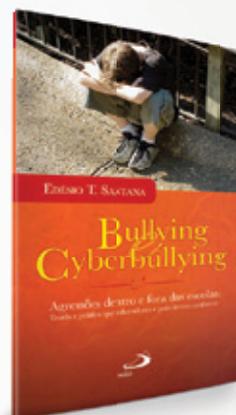
A POESIA PEDE PASSAGEM
Um guia para levar a poesia às escolas
Elias José



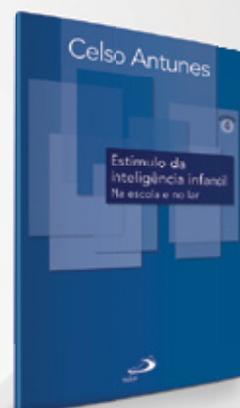
GRUPOS E INCLUSÃO ESCOLAR
Sobre laços, amarras e nós
Solange Aparecida Emílio



COMO EDUCAR BONS VALORES
Desafios e caminhos para trilhar uma educação de valor
Maria Helena Marques



BULLYING E CYBERBULLYING
Agressões dentro e fora das escolas – Teoria e prática que educadores e pais devem conhecer
Edésio T. Santana



ESTÍMULO DA INTELIGÊNCIA INFANTIL
Na escola e no lar
Celso Antunes



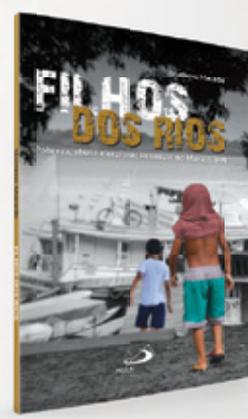
BRINCO, LOGO APRENDO
Educação, videogames e moralidades pós-modernas
Gilson Schwartz



FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO
Crítica à ideologia da exclusão
Enrique Dussel



FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Desafios históricos, políticos e práticos
Maria Célia Borges



FILHOS DOS RIOS
Pobreza, abuso e exploração sexual no Marajó (PA)
Matheus Macedo

NOVOS TEMPOS



Novos enfrentamentos, novas soluções

Nos tempos atuais convivemos com um dos mais difíceis enfrentamentos que a humanidade já teve consigo mesma: como administrar quase sete bilhões de pessoas no planeta sob o jugo de um agente biológico inédito, sombrio, letal e dissimulado para além de sua própria condição de vírus, haja vista sua imprevisibilidade?

Resposta única, simples e objetiva não há, mas nesta edição dedicamos um olhar especial para avaliar as relações de todo esse contexto com o trabalho da Assistência Social e, por extensão, dos diversos agentes que atuam nas humanidades e no atendimento a pessoas que, independentemente da pandemia, já trazem em suas histórias a luta pela promoção e garantia de direitos sociais.

Também tornamos público mais um bloco de produções dos participantes dos cursos do Programa de Assessoramento da PAULUS InovaSUAS – circuito de formação de profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – que, no pré-pandemia, na modalidade de cursos presenciais, pesquisaram e registraram suas experiências profissionais realizadas país a fora.

Em consequência da conjuntura, esta edição será somente no modo digital. É provável que, nos próximos números, retomemos a apresentação física da *Paulus Social*, revista segmentada que já se transformou em leitura obrigatória para milhares de profissionais, usuários, estudantes e demais interessados nos temas de Direitos Humanos e suas tecnologias de atendimento.

Leia, comente, contribua conosco e, se desejar, mande seu texto para que possamos avaliar e, quem sabe, apresentá-lo aos demais leitores numa próxima edição.

Boa leitura!

Paulus Social

Ano 2 – Nº6 | Julho – Setembro 2020
ISSN 2596-2264

A *PAULUS Social* é uma publicação do Departamento de Assistência Social, mantido pela PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS
Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral
Pe. Valdecir Pereira Uveda

**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL DA PAULUS**

Gerente de Assistência Social
Dulcinéia Reginato Francisco

Gerente de Marketing
Pe. Jackson de Alencar

Coordenador de Marketing
Samuel Lima

Direção de arte
Thiago Lucio

Comissão de publicação
Aurimar Pacheco Ferreira,
Coordenador do Núcleo PAULUS de
Formação, Pesquisa e Disseminação
Social; Alberto Nascimento Filho,
Analista de Projetos Sociais;
Mira Lopes, Analista de Projetos
Sociais; Denilson de Castro,
Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação
Thiago Gomes e Thiago Lucio

Reportagem

Alberto Nascimento Filho

Edição de texto

Roberta Molina

Revisão

Pedro Paulo Rolim Assunção

Colaboradores

Alexandrina Brasil do N. Maranduba
Acácia de Castro de Freitas
Carlos Eduardo Ferrari
Diunei Conceição de Andrade
Marcela Faria de Almeida
Paulo Vitor da Silva Cruz
Sonia Aparecida Amante Lopes

Edição somente digital

Contato

Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos

Arquivo da PAULUS e
banco de imagens iStock

Sumário



Capa

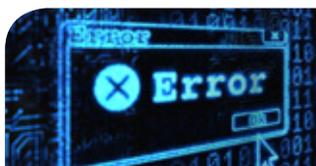
Pandemia e o preço social:
uma análise acerca da
pandemia na história

6

12

Crônica

Entre quatro paredes:
distâncias e encontros nos
tempos da Covid-19



Quem faz o SUAS acontecer

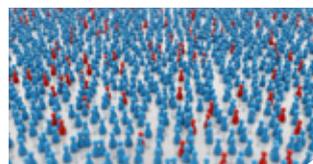
Pane no sistema

14

18

Quem faz o SUAS acontecer

Os impactos da pandemia
e do isolamento social



Quem faz o SUAS acontecer

As organizações sociais
e o futuro próximo

22

26

Parceiros em ação

Convivência à distância -
As adaptações do atendimento
na Assistência Social durante o
distanciamento



Reflexão

A participação das mães
solo na garantia dos direitos
de seus filhos

29



PANDEMIA E O PREÇO SOCIAL

Por Aurimar Pacheco Ferreira*

AS CONSEQUÊNCIAS DESSES PROCESSOS DE DIZIMAÇÃO EM MASSA FORAM E SERÃO SEMPRE DE MUITA PENÚRIA, SEJA ECONÔMICA, SOCIAL, EDUCACIONAL, CIENTÍFICA OU ÉTICA

A palavra “pandemia” é força de expressão, esforço semântico para dimensionar aquela epidemia que atinge uma extensa área geográfica, extrapolando fronteiras de muitos países. Quando falamos “pandemia” é para, dizem os especialistas, comunicar a gravidade da situação para a população. Precisamos desses esforços de linguagem para amplificar os cuidados com uma doença de contágio em larga escala. Neste século, em 2009, foi assim com a gripe causada pelo vírus H1N1, também conhecida como “gripe suína”. Segundo dados oficiais, a doença matou cerca de 300 mil pessoas em 187 países.

O certo é que uma epidemia, quando ganha o *status* de pandemia, já rompeu os limites da compreensão acadêmica e dos registros científicos estabelecidos, in-

vadiu territórios e transformou uma gripe, por exemplo, de sintomas simplórios e origem localizada em algo letal, globalizado e universal.

Historicamente, sem direito a essas nomenclaturas, o mundo viu e sofreu processos pandêmicos violentos e devastadores como, por exemplo, a peste bubônica, que é citada desde o século V, no Egito, e teve um retorno fulminante no século XIV, ceifando a vida de mais de 30 milhões de africanos e europeus, de acordo com os números imprecisos da época.

Na última grande ocorrência sanitária mundial, no início do século XX, o planeta agonizou com a catástrofe do vírus *influenza*, batizada pela imprensa da época como “gripe espanhola”, que tomou conta do mundo



já enfraquecido pela Primeira Guerra Mundial. Principalmente entre os anos 1918-1920, com reincidências durante os anos seguintes, a gripe pode ter matado até 100 milhões de pessoas, segundo cálculos da época, número em parte justificado pelos destroços da guerra, facilitadores da disseminação do vírus.

A força desses acontecimentos ameaça nossa espécie, encerra trajetórias coletivas e chama atenção de todos para a potência da natureza que, invisível, não deixa escapar nenhum que se deixe expor ao seu poder biológico de destruição. Uma pandemia, como fato ou rito linguístico-científico, demarca a fragilidade de nossas existências e o despreparo da fisiologia humana para esse tipo de enfrentamento.

As consequências desses processos de dizimação em massa foram e serão sempre de muita penúria, seja econômica, social, educacional, científica ou ética. Primeiro porque, como dito, as ocorrências históricas em maior escala aconteceram no mundo que desconhecia a ciência atual e se resolvia pelas crenças metafísicas. Ainda que não fossem mais “terraplanistas” – desde o século XIV já se sabia da redondeza da Terra –, não faziam ideia do que seria uma vacina ou qualquer antídoto eficaz contra os agressores microscópicos. A dificulda-

de em identificar causas, entender as possíveis precauções e evitar a disseminação acelerou a multiplicação do horror e das dores. Fala-se em mil pessoas morrendo por hora acometidas pela peste na Europa, sem que se desconfiasse das bactérias, hospedadas pelas pulgas, que circulavam com velocidade e liberdade nos pelos dos ratos, personagens recorrentes das grandes cidades.

Segundo porque as pandemias surgem inesperadamente, sem que os aparatos de saúde dos países atingidos estejam preparados para dar conta do volume de casos. Não há previsão de procedimentos ou plano de contingência para fatos dessa natureza e parece haver uma aposta de que nunca acontecerão.

Terceiro porque, nas sociedades de mercado, as reações em massa para conter epidemias sempre têm efeito retardado, no aguardo de que tudo se resolva sem investimentos de alto custo, até que as pressões sociais acendem os pavios das providências. Infelizmente, não há outro jeito: quando algo coloca todos os viventes à mercê da morte, é preciso gastar muito dinheiro, pois a roleta russa biológica aponta para qualquer um, seja ele mais ou menos esclarecido.

A discussão do que vem primeiro, se a vida ou a economia, é recorrente nesses acontecimentos – guardadas as especificidades de uma pandemia –, mas sempre dependem das decisões dos que ocupam as posições de poder. Essa prerrogativa pelas estratégias de gestão da crise sempre pertencerá aos governantes.

Uma consequência, que podemos chamar “genérica”, dessas grandes crises certamente pode ser classificada como seu preço social. O tecido social dos países receberá os resultados econômicos, educacionais e políticos dos agravos da pandemia, como aumento da pobreza, a precarização total dos serviços públicos, as incertezas de procedimentos, a insegurança enquanto não há imunizações confiáveis e problemas emocionais em profusão pelo acúmulo de todos esses fatos.

Os elementos de perturbação social ganham dimensões imensas em qualquer sociedade, mesmo nas desenvolvidas, mas repercutem em algumas de forma mais intensa do que em outras, dependendo da experiência de suas trajetórias. Na Europa, continente antigo, esses fenômenos mortíferos fazem emergir uma memória coletiva de acontecimentos, como aqueles que citamos no início deste texto. Sejam pandemias, guerras ou revoluções violentas, o inconsciente coletivo dos europeus tem registradas diversas consequências como a fome, a miséria, a tortura, o sofrimento físico, o frio agonizante e outras tantas intercorrências que lhes ensinaram mais, talvez, do que as grandes vitórias.

Por esse motivo o comportamento de alguns raros dirigentes europeus que subestimaram a atual pandemia foi duramente criticado. No geral, o que vimos foi a obediência da maioria da população aos apelos de isolamento, desde que este foi estabelecido para o controle acelerado da crise. Proporcionalmente e fazendo as contas com

isenção, nesses países, mais vidas foram salvas e menores foram os choques sociais se comparados aos países com comportamento diferente.

Há também um olhar particular para esses momentos de sofrimento coletivo quando consideramos a perda de vidas em volumes industriais. O choque diante de perdas tão numerosas, em tão pouco tempo, parece fazer com que o coletivo só entenda, de fato, o que está acontecendo quando tudo já passou.

Nas diversas manifestações em redes sociais ou conversas esporádicas, há uma frase recorrente que resume um desejo, uma esperança, mas que também soa como uma revanche: “Isso vai passar!”. E de fato vai, mas não temos claro ainda a que preço, ou melhor, para mais de uma centena de milhares de famílias brasileiras, a conta já chegou, sem dó, sem direito a réplica, na forma de morte!

Por outro lado, há quem diga que os grandes acontecimentos da humanidade que acumulam dor acabam por estimular os sobreviventes a exorcizar os danos e produzir os antídotos sociais da derrota humana na concorrência com a natureza. Nesse sentido, temos diversas interpretações para, por exemplo, creditar o surgimento de várias descobertas científicas que configuraram o Iluminismo e a Modernidade à superação dos surtos catastróficos da peste, que, a despeito de sobreviver até hoje, está circunscrita a locais específicos.

Há os que enxergam no ressurgimento ampliado e estruturado do Welfare State nos anos 1930 na Europa uma resposta do mundo civilizado à gripe espanhola e seu impiedoso morticínio. Há os que afirmam que o ideal kantiano da Paz Perpétua é o guia imaginário da implantação da Organização das Nações



Unidas - ONU, no pós-holocausto da Segunda Grande Guerra. Há os que veem tudo em coisa nenhuma. Há os que têm razão e aqueles que são desprovidos dela. Há o complexo de Pollyanna, personagem americana infantojuvenil de 1913, cuja protagonista ensina o “jogo do contente”, e há todos aqueles que execram as concessões de um bem que não se pode medir.

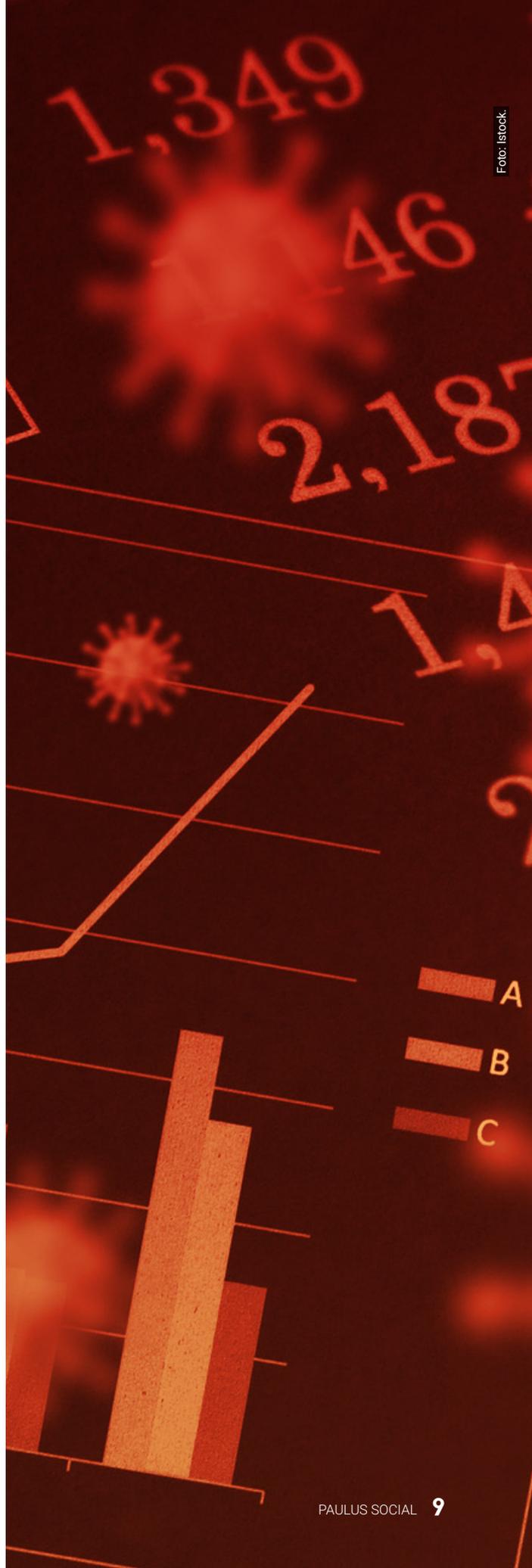
No Brasil tivemos que esperar por quase 500 anos de história para acalentar uma ideia de Política Pública de Assistência Social, na perspectiva de direitos e com a marca garantista da legislação maior, a Constituição Federal. Isso implicou colocar à prova todo um legado nefasto que habita a causa mediana brasileira com seu DNA colonial, contestando a cultura e a estrutura das práticas de monopólio, latifúndio, patrimonialismo e, a mais sórdida, de escravidão.

Essas quatro práticas somadas, por si só, já representam diversas figuras públicas que conhecemos e visualizamos hoje na televisão ao vivo e víamos há cinco décadas no documentário descolorido. Essa herança nos esmorece pela tristeza de uma suposta sina que nos condena à sensação neurótica de sermos espoliados desde criancinha.

A partir 1988 vimos o túnel, a luz e a saída dele. Era tudo verdade escrita. Aclamamos a Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, 1993, tardia, mas fundamental, e ousamos construir o Sistema Único de Assistência social, uma espécie de *software* que rodaria no *hardware*, uma figura de linguagem para explicar o funcionamento, fundido, de dos dois elementos: LOAS e SUAS, o feijão com arroz dos nossos dias na área social. Aliás, o SUAS é tão peculiar que nos chegou parcelado, com etapas em 2005 e seu florescimento em 2011.

Avançamos como flechas certas pelo mundo-Brasil a fora e fomos longe, até que nos chocamos contra o muro da doença planetária, embora as demandas de nosso povo e seu projeto de sociedade não permitam essa “pausa”. Agora, como sobreviveremos a tudo isso, se o dinheiro para os financiamentos encurtou? Conseguiremos ir em frente com o modelo que acreditamos se há a negação da lógica que construímos acompanhada do recrudescimento dos conceitos e práticas conservadoras em todos os ambientes representativos, desde as urnas eletrônicas até as ruas do país, que toleram e promovem o que tínhamos como barbárie?

Atiramos (para ser contemporâneo) no que não víamos e acertamos em cheio no que achávamos que não veríamos. Somos órfãos de nossa



própria paternidade. Inventamos um neoiluminismo social, “brasileiro da latino-américa”, como na canção. Começamos com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, prematuro e insular, pois seria necessário atender ao emergente. Sabíamos que o premente seria a LOAS, que comporia o restante, mas não havia tempo a perder. O ECA está agora no aguardo das providências.

Quando a pandemia rompeu, saltamos do divã e constatamos: “E agora?”. Impossível não revisitar a primeira estrofe inteira de Drummond, no poema musicado “José”. Resta-nos também uma cena cinematográfica de Spielberg no Jurassic Park (1993), em que o Dr. Alan encontra os ovos geminados dos dinossauros supostamente impedidos de reproduzir e questiona: “A vida sempre encontra uma saída?”. Ou nos recolheremos a uma ficção social mais contemporânea de achar que, em algum lugar desse mundo, há de existir um jovem prodígio que inventará, pela tecnologia, a prevenção da Covid-19 (que somente agora aparece aqui no texto por decisão racional ou

supersticiosa minha)? Essa alternativa nos aplaca como um sofisma que Hannah Arendt poderia, distraidamente, classificar como banalidade hormonal?

De fato nos resta o atalho do excelentíssimo algoritmo dos últimos dias. Cabe-nos a revisão “dos processos”, para ser coerente com nosso vocabulário usual, e nos é cobra-

“
**Se isto lhe
incomoda, que
lhe sangue a paixão.
Dela devem sair
seus afetos em
estado de reação.**
”

da uma coragem descomunal para alguém que está no sertão sem veredas. Se isto não lhe agrada, que seja um soco em sua aura profissional. Nada mais curioso que os olhos arregalados dos assustados. Se isto lhe incomoda, que lhe sangue a paixão. Dela devem sair seus afetos em estado de reação. Se isto confirma uma eventual indi-

ferença, não pereça. Haverá um verso seguro para você, na melhor música de todos os tempos da próxima semana.

***Aurimar Pacheco Ferreira**

Coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da PAULUS, são atendidas famílias, adolescentes e crianças a partir dos 6 anos.

É um espaço de convivência e proteção que busca aproximar famílias, comunidade e seus moradores, bem como fortalecer as relações de afeto, solidariedade, respeito, direitos, deveres e cooperação.

O mundo do trabalho, para jovens de 14 a 17 anos, possibilita vivências e experiências por meio de atividades em tecnologia, multimídia e comunicação como forma de ampliar o seu repertório de oportunidades.

São realizadas atividades lúdicas, artísticas, recreativas, culturais e do mundo do trabalho, com o objetivo de estimular o pensamento crítico e a participação cidadã.

CCA PAULUS

Rua Dias Velho, 213 - Vila Primavera
Freguesia do Ó - São Paulo/SP
CEP: 02735-040
(11) 3992-3445
supervisor.ccafreguesia@paulus.com.br

CCA DE OLHO NO FUTURO

Rua Eugênio Pacelli, 1.013 - Jardim Santa Maria
Osasco/SP
CEP: 06149-214
(11) 3591-4481
supervisor.ccaosasco@paulus.com.br

CCA FORMANDO CIDADÃOS

Rua Coronel Lisboa, 188 - Vila Mariana
São Paulo/SP
CEP: 04020-040
(11) 2894-6935
supervisor.ccavilamariana@paulus.com.br

Assistência Social PAULUS

social.com@paulus.com.br

paulus.org.br



ENTRE QUATRO PAREDES: DISTÂNCIAS E ENCONTROS NOS TEMPOS DA COVID-19

Por Alberto Nascimento

“Você de novo, Negão?”, ele diz arfando por baixo da máscara. É a terceira vez desde o início da quarentena que ele me vê. Antigamente eu trocava o botijão de gás a cada quatro meses; agora, com os almoços diários e minhas aventuras pela panificação, mal consigo fazê-lo durar um bimestre.

Imagino que meu camarada, Sísifo retinto, sorri com seu rosto coberto quando respondo que a vida agora é essa: cozinhando em casa todo dia. Ofereço água e, como de praxe, ele recusa. Pega o botijão vazio e segue seu caminho escada abaixo. Não foi punido por enganar a morte, como o titã grego, mas é obrigado, por uma triste e inexorável conjuntura social, a carregar um peso cíclico e diário, enquanto dança ao redor dela nesses dias virulentos.

Ele parte, talvez feliz em descer as escadas com um botijão vazio – um fardo evidentemente menor –, enquanto eu permaneço aqui, limpando o recipiente e o carregando para dentro. Mesmo reconhecendo minha sorte em poder trabalhar sem sair de casa, não consigo deixar de considerar tudo que entra aqui como um peso, que demanda um repetitivo rito de desinfecção com álcool em gel.

Com um novo gás, fica mais fácil reestabelecer alguma leveza na casa. Um café fresco é o primeiro passo obrigatório para transformar esse fim de sexta-feira domiciliarmente encarcerado em algo aproveitável.

Apesar de socialmente distante, não estou isolado. Tenho a alegria de ter a companhia da minha namora-

da: ideia dela, mas digerida pelas duas partes com um misto de alegria e medo. Recordo-me de ler, no começo da quarentena, textos sobre casais de longa data se separando por conta da convivência excessiva e temi que tal sina se replicasse aqui, numa relação de poucos meses. Agora, cinco meses depois, tenho mais medo de imaginar o que teria sido desse tempo se o tivesse passado apenas na minha companhia.

Estivesse sozinho, o desfecho da semana se daria com pizza e marasmo, mas a companhia me dá a disposição para viver a vida que ensaiara para mim sem nunca ter dado de fato o primeiro passo. Vou à cozinha, reviro os armários e, dominado da mesma febre dos vizinhos virtuais, começo meus ritos de padeiro amador.

Minha mente se esvazia enquanto alimento o fermento natural para o pão de sábado e escaldo o polvilho para o pão de queijo. A cozinha, que sempre foi refúgio para as angústias do mundo lá fora, agora virou um jardim para colorir e perfumar a vida aqui dentro. O sovar das massas substitui os passeios sem destino aos quais me dedicava no fim dos dias para relaxar; o cheiro de pão fresco toma o lugar dos fins de semana com os amigos para estimular os sentidos e esquecer a rotina.

Tentei as reuniões virtuais, mas desisti depois de algumas poucas. A verdade é que, para mim, ver minha família encolhida pela tela tem um efeito contrário: mais reforça do que alivia a saudade. As vozes moduladas pela caixa de som e a linha de conversa que segue um assunto único em todo o grupo – ao contrário



dos temas plurais e desencontrados das nossas usuais balbúrdias – não me dão a sensação de presença, mas sim de uma distância enorme entre nós. Nessas horas, sinto-me nos versos de Adriana Calcanhoto: “pela janela do quarto, pela tela, pela janela, eu vejo tudo enquadrado”. Fecho o computador e, agora, enquanto o dia se encaminha para seu fim, ecoa a voz grave de Mano Brown: “um dia a menos ou um dia a mais, sei lá, tanto faz, os dias são iguais”.

Com as medidas de distanciamento social relaxando, sinto que eu e meus amigos nos tornamos uma minoria; enquanto vejo pelas redes sociais cada vez mais encontros e aglomerações, eu temo em compartilhar minha vida de sedentário e me manifesto apenas através das minhas recém-adquiridas habilidades de padeiro.

Assim como a massa do pão vai ganhando força e novos contornos conforme a sova, a palavra “sedentário” mudou de sentido nos dias de hoje. Talvez não para um sentido novo, mas sim para um significado antigo, agora reclamado, de permanência em contraste com a vida nômade dos meus ancestrais. Permanecer em casa não se traduz mais em ficar estático, mas simplesmente em buscar uma maneira mais eficiente de permanecer vivo.

No começo, eu refletia sobre meu privilégio de poder me recolher enquanto há muitos sem essa opção. Hoje, me ocupo muito mais no esforço de entender aqueles que podem, mas não o fazem. Será também um privilégio meu ter encontrado, aqui dentro, bons paralelos da

vida lá fora? A quem tem a oportunidade de permanecer em casa, mas ainda assim mantém os hábitos nômades de nossos mais antigos ancestrais, faltará alguma outra coisa?

A primeira resposta que grita é “uma condição social que permita essa estada”, mas esta reflexão se foca naqueles que a têm. Fujo do chavão de “buscar fora o que não se encontra dentro”, supondo que talvez ocorra justamente uma fuga dos novos espaços encontrados nas casas, até então pouco exploradas. Muitos falam do desafio da convivência excessiva diante do “novo normal”, mas acho estranha a suposição de uma dimensão da vida ser excessiva a ponto de insustentável: mesmo diante das mais turbulentas enchentes, nunca pensei que o mundo tivesse “água demais”; apenas que seus caminhos de vazão estão torpemente arranjados.

“É curiosa essa variação da cólera que mata a todos com um tiro de execução na nuca”. Lembro-me do doutor Juvenal Urbino enquanto, do alto, também vejo se desenrolar um processo bem mais lento de execuções...são churrascos e festas de aniversário. Tornamos uma versão perversa da celebração mexicana do dia dos mortos; ao antecipar a festa, adiantamos também a partida.

Olho para minha namorada, minha auspiciosa companheira nessa jornada estática. Amo-a, mas, mesmo sempre tendo invejado o desfecho de Florentino Ariza e Firmina Daza, não espero continuar neste barco da pandemia por toda vida.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

PANE NO SISTEMA

Por Carlos Eduardo Ferrari

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva
"Admirável Chip Novo", Pitty*

Falando sobre a composição de “Admirável chip novo”, Pitty conta que vivia o início de sua jornada criativa. Sozinha, trancada em seu quarto, a então jovem garota refletia sobre o início da vida conectada. Nascendo para a vida de compositora junto com a “explosão” da internet, ela já sentia as ameaças de caráter imperativo decorrente da vida na rede. A artista lembrou, então, da obra de Aldous Huxley e promoveu um “upgrade” pessoal e poético na distopia, dando voz a um canto que inicia denunciando uma “pane no sistema”. Esta e outras histórias são contadas pela própria Pitty numa entrevista disponível no YouTube.

Nesta altura do campeonato você deve estar se perguntando: “Mas qual a relação desse papo com a Assistência Social e com a pandemia?”. Pois é, caro leitor, para explicar recorro a Alex Blumberg e à sua eficaz proposta de estrutura narrativa XY. Funciona assim: conto-lhe uma história X para tratar de Y. Neste caso, lhes apresento uma história sobre o nascimento de uma canção dentro de um determinado contexto para que o cenário problematizado por ela me ajude a conversar com você sobre o momento que vivemos hoje.

Testemunhamos, perplexos, nossas vidas serem brutalmente hackeadas por um vírus. Foram afetados todos os nossos sistemas de crenças, assim como as rotinas de consumo e as relações humanas cotidianas, desconfigurando códigos historicamente consolidados em diversos segmentos como educação, trabalho, política, artes, turismo, esportes, enfim, em toda parte em que podíamos vislumbrar ao menos algum vestígio de certeza.

Em coluna publicada em 24 de junho deste ano na *Folha de São Paulo*, o jornalista Juca Kfoury fala de um artigo escrito pelo também colunista Jorge Valdano. Segundo Juca, o ex-jogador argentino, que hoje escreve para o periódico *El País*, coloca em cheque a importância do futebol. Juca então, para defender seu ponto de vista, faz uma correlação entre o tempo de abstinência da bola na telinha que tem vivenciado com a ausência de abraços e sorrisos presenciais das netas.

Exercícios dessa natureza, em que se colocam frente a frente prioridades aparentemente incomparáveis, têm sido frequentes em meses de efervescência reflexiva e propositiva, despertando “influenciadores” e “formadores” de opinião para uma espécie de chamado a se posicionar.

Ao digitar este artigo, também me arrisco a correlacionar prioridades e contextos, problemas e soluções, me valendo de toda a licença histórica para teclar sem medo de errar.

De início é importante esclarecer que quero falar sobre Assistência Social e tecnologia, olhando, é claro, para o contexto de pandemia e para o eventual “novo normal”, sobre o qual muitos têm comentado.

Começemos olhando pelo retrovisor. Veremos ao longe uma Assistência Social protagonizando um complexo “paradoxo tecnológico”: de um lado, soluções criativas, modernas e promissoras como o CAD Único e um conjunto de aplicações desenvolvidas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do SUAS; do outro, protocolos em papel, desintegração das redes estatais e não governamentais, e ausência de estratégias para trabalhar a inclusão digital dos usuários da política.

Ao adentrarmos na “Era Corona”, tal contraste ganhou visibilidade, trazendo para os holofotes não apenas as perdas decorrentes de tamanha contradição, mas as fragilidades e possibilidades da Assistência Social



como um todo. Essa política pública, que tem como principais ofertas as cinco seguranças afiançadas – desenvolvimento da autonomia, convivência, acesso à renda, acolhida e apoio/auxílio em situações de calamidade – não se conectou durante o distanciamento como poderia.

Ao fazer essa afirmação, é preciso deixar claro que este texto não é sobre apontar culpados, nem tampouco um lamento tardio pelo que não se fez. Trata-se de uma constatação acerca de um fenômeno vivenciado não apenas pela Assistência, mas pelas políticas sociais como um todo. Como bem disse o escritor de ficção científica William Gibson, no longínquo ano de 2003, durante uma entrevista para o *The Economist*: “O futuro já está aqui, só não está igualmente distribuído”.

Olhando então para o presente e o futuro, resgato uma velha proposição que já apresentei em outras tribunas: precisamos que a Assistência Social tenha como sexta segurança afiançada a “conectividade cidadã”. Fazer valer essa ideia significa romper de imediato com velhas máximas, por exemplo, a negação do uso da tecnologia para a qualificação do convívio familiar e comunitário, pois, acreditem, ainda há muita gente por aí proibindo o uso das tecnologias em Serviços de Convivência.

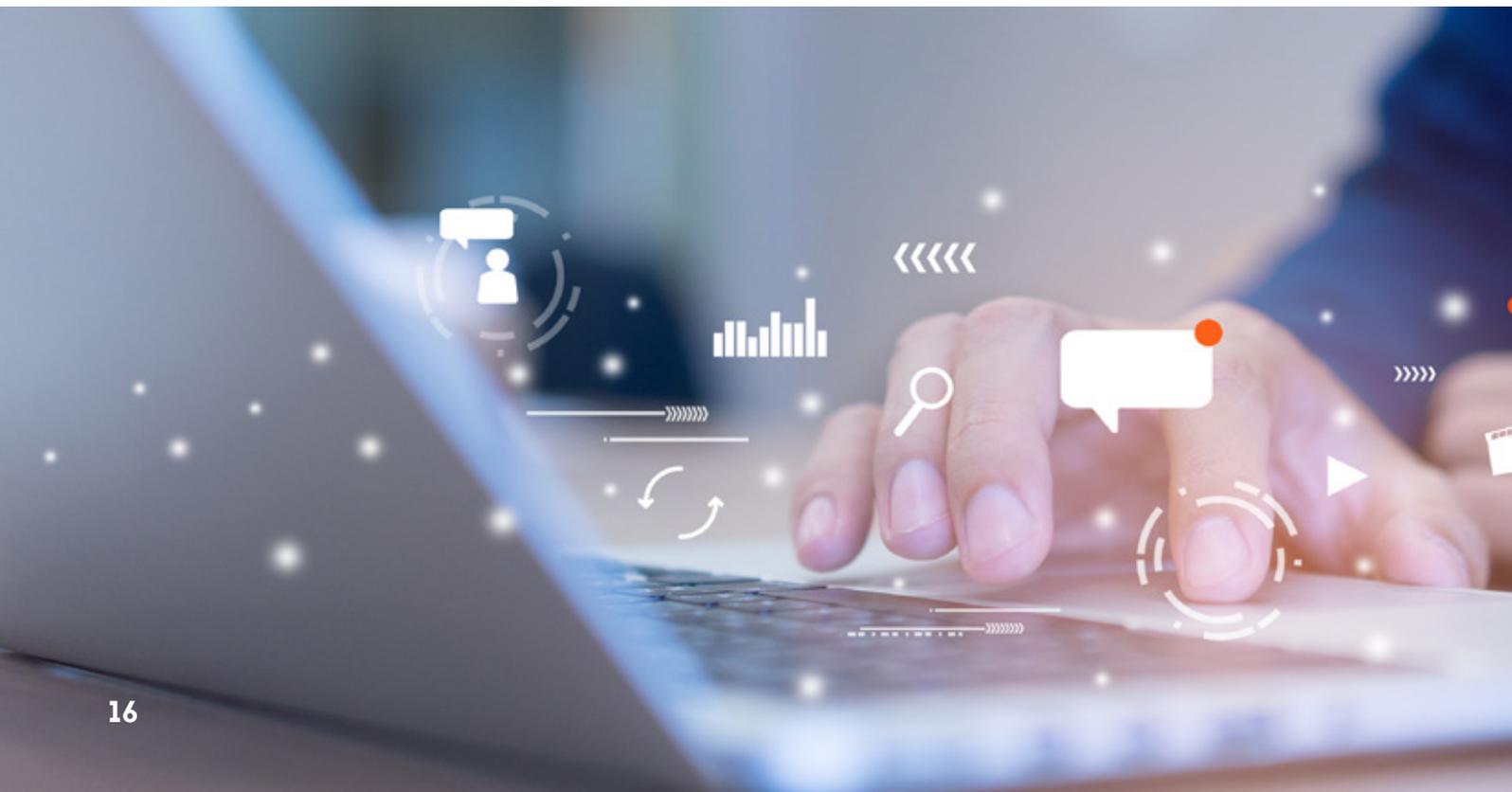
Promover a conectividade abre caminho para um trabalho consistente de desenvolvimento dos conceitos de empoderamento e participação em espaços democráticos, a partir de ferramentas de videoconferência e outras tantas desenvolvidas para a manifestação de opinião e voto. Não é simples defender uma proposta dessa natureza, principalmente quando o assunto é uma política com orçamento reduzido e uma infinidade de demandas que padecem de des-caso e falta de respostas. Isso, no entanto, não invalida o fato de que a fórmula atual está longe de ser bem-sucedida. Ao aceitar o convite para escrever este texto, lembrei-me do famoso conselho público dado pelo CEO da Amazon Jeff Bezos, que disse: “Você precisa estar disposto a ser incompreendido se você for inovar”.

Inspirado por ideias como essa e pelas possibilidades do presente, defendo a conectividade cidadã não apenas como uma segurança afiançada pelo SUAS, mas também como reconhecimento do acesso à internet enquanto direito universal, para todos.

Inspirado por ideias como essa e pelas possibilidades do presente, defendo a conectividade cidadã não apenas como uma segurança afiançada pelo

SUAS, mas também como reconhecimento do acesso à internet enquanto direito universal, para todos. No-tem que o caminho a ser percorrido é longo, porém ele precisa ser filosoficamente pavimentado. Trabalhadores, gestores, usuários, pesquisadores e tantas outras pessoas compromissadas com o SUAS precisam trazer a tecnologia para a centralidade dos debates, não

“ Defendo a conectividade cidadã não apenas como uma segurança afiançada pelo SUAS, mas também como reconhecimento do acesso à internet enquanto direito universal, para todos. ”



apenas como mais um dentre tantos recursos importantes, mas como uma possibilidade de ressignificar a proteção social brasileira por meio das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

No âmbito da gestão, é preciso que o acesso à renda seja reafirmado como direito indissociável da inclusão no CAD Único. Isso permite que a tecnologia seja um poderoso aliado para mapear as vulnerabilidades individuais e coletivas, consolidando pontes que permitam aos beneficiários de recursos como o auxílio emergencial o acesso a serviços públicos que os ajudem a se preparar para o mundo do trabalho, suprir *deficits* de aprendizagem, consolidar redes de apoio, ter acesso a crédito e à troca de conhecimentos.

Diante disso, cabe destacar que este texto não propõe o enfraquecimento ou a relativização da qualidade das experiências presenciais, mas a compreensão da necessidade urgente de um reposicionamento da Assistência Social para que ela possa verdadeiramente gerar respostas à altura dos desafios da seguridade social brasileira. Afinal, como cantou o grande Gil em uma atualização da profética “Pela Internet”: “Estou preso na rede que nem peixe pescado, é zapzap, é like, é Instagram, é tudo muito bem bolado”; e é claro que, além do ex-ministro e eterno poeta baiano, todos caímos na rede.



Foto: istock

Se é fato que três em cada quatro brasileiros já estão na internet, é igualmente verdade que todos eles, em alguma medida, estão sendo afetados pelo fluxo de *bits*. Uma Política de Proteção Social que desconsidera isso é tão excludente quanto uma série de outros fenômenos de origem econômica e comportamental. Como qualquer abordagem disruptiva, se desejamos superar uma política analógica, é preciso desconstruir criativamente velhos entendimentos e velhas práticas, por meio da elaboração e validação coletiva de propostas concretas.

Recorrendo a um *insight* de Mahatma Gandhi: “temos de nos tornar a mudança que queremos ver”. Fica então a pergunta, com uma torcida enorme pela resposta positiva: será que essa mudança é realmente desejada?

“ É preciso desconstruir criativamente velhos entendimentos e velhas práticas, por meio da elaboração e validação coletiva de propostas. ”



Foto: istock

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

OS IMPACTOS DA **PANDEMIA** E DO **ISOLAMENTO SOCIAL**

Por Alexandrina Brasil do Nascimento Maranduba*

A atual pandemia acirra as crises da realidade contemporânea, pois a sociedade sente os seus impactos nas estruturas das áreas: social, econômica, política e da saúde. Obviamente, esses impactos atingem diretamente a população mais pobre, aqueles que não têm condições de realizar as ações de enfrentamento à contaminação com o rigor exigido.

Em face da histórica desigualdade social, as limitações/restrições dessa população são diversas, desde o acesso à água potável, passando pela alimentação balanceada, o trabalho, a educação, até outros recursos necessários à integralidade do direito e da proteção social que não são oferecidos para todos.

A realidade brasileira acerca da disseminação do vírus é bastante assustadora. Os dados estatísticos apresentados pelo Ministério de Saúde através do site covid.saude.gov.br até o dia 14 de julho apresentavam os seguintes números: 3.224.876 contaminados, sendo 2.354.640 recuperados e 105.463 óbitos confirmados.

Considerando as dimensões continentais de nosso país, compreendemos a complexidade das ações, assim como a urgência de estabelecer planos de contingência e demais medidas governamentais que garantam a proteção social e de saúde aos brasileiros frente à disseminação do coronavírus e suas consequências. Diante desta crise sanitária, ficou ainda mais evidente a importância das políticas públicas e sociais, pois é através delas que se atende a multiplicidade de demandas dos cidadãos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível pensar as políticas em seu conjunto, assim como transformá-las em políticas universais, sob responsabilidade integral e prioritária do Estado. O que acontece, no entanto, é a constatação de que estamos na “contramão”, ao identificar a precarização das políticas públicas, o encerramento de serviços, os cortes orçamentários e o congelamento de investimentos por 20 anos (Emenda Constitucional 95).

Tudo isso torna a conjuntura nacional bastante complexa, algo agravado pelo desalinhamento político-partidário entre as gestões governamentais, o que tem impactado negativamente a contenção da crise sanitária. Em plena pandemia o governo federal age contrariamente às orientações científicas e realiza a troca de cargos federais importantes com morosidade na sua definição/substituição, evidenciando a fragilidade da gestão federal frente à gravidade da situação.

No que tange à mídia, percebemos a divulgação de muitas informações sobre a Covid-19 através dos meios de comunicação de massa. Há uma cobertura extensa, com boletins diários sobre o número de contaminados e número de óbitos. Esse volume de informações é importante e necessário, porém, aspectos desfavoráveis também são gerados por essa quantidade de notícias. O desafio que se apresenta é o de saber lidar equilibradamente com todos os dados, estabelecendo um limite adequado e saudável de informações,



sem desconsiderar os sentimentos de medo, insegurança e risco que a crise sanitária gera em todos nós.

Tais sentimentos, além da “overdose” de informações, estão relacionados ao medo da morte, de ser contaminado, de ter o quadro agravado ou de contaminar os membros da família. São preocupações que permeiam o imaginário e que podem trazer implicações à saúde emocional. Para aqueles que já enfrentam problemas de saúde mental, a situação pode ficar mais crítica e avançar para crises de ansiedade e pânico. Dessa forma, realizar um controle crítico para acesso ao grande volume de notícias, sem negligenciar os fatos, é imprescindível à saúde mental. Outro cuidado importante é estar atento às notícias equivocadas e/ou mal-intencionadas que circulam pelas redes sociais e têm rápida disseminação.

A população teve que se adaptar rapidamente às determinações sanitárias que se tornaram obrigatórias: o uso de máscaras, a distância de 2 metros de outras pessoas, a proibição de aglomeração, entre outras. Demais orientações como o uso de luvas e álcool em gel também foram consideradas estratégias importantes para estabelecer barreiras à contaminação. Como o número de contaminados aumentava numa velocidade muito alta, os estudiosos mencionavam e não descartavam a possibilidade de *lockdown* – o fechamento completo das cidades –, mas os governos não adotaram essa medida extrema. Foram medidas necessárias para evitar o

caos no sistema de saúde, considerando a ausência de recursos materiais e humanos suficientes para atender um grande contingente de pessoas contaminadas pelo vírus, afinal faltam leitos de UTI e aparelhos de ventilação mecânica.

O maior impacto talvez seja causado pelo distanciamento/isolamento social. Evitar a aglomeração e a circulação em ambientes públicos e privados trata-se de um grande desafio a ser cumprido. Esse exercício requer a conscientização sobre os riscos e a postura rigorosa de cumprir as ações adequadamente, para evitar o contágio da população em geral e, principalmente, das pessoas classificadas como “grupos de risco”. O desafio é grande já que estamos acostumados a exercer a liberdade de ir e vir, e mudar repentinamente não é algo fácil. Além disso, há que se considerar a situação habitacional de muitas famílias numerosas que residem em moradias nas quais não há condições de fazer distanciamento/isolamento.

Neste período o papel das tecnologias foi absolutamente significativo: o de manter a comunicação e o contato entre as pessoas em suas relações de trabalho, de saúde e pessoais. Elas evidenciaram a possibilidade de reduzir o distanciamento e garantir a continuidade dos vínculos. Vale destacar, no entanto, que esse acesso às tecnologias não está nas condições de vida de muitos brasileiros, de forma que os impactos da pandemia da Covid-19 são diversos quando pensamos a divisão social de classes.

“
Dessa forma, realizar um controle crítico para acesso ao grande volume de notícias, sem negligenciar os fatos, é imprescindível à saúde mental.
”

Nesta situação, temos muitos questionamentos: como garantir o cumprimento destas medidas de isolamento social? Como garantir o acesso igualitário aos recursos pela população? Por quanto tempo viveremos assim? Estas e muitas outras questões precisam ser respondidas, e acredito que as respostas devam partir das autoridades, que têm obrigação e responsabilidade de fazê-lo com ética, seriedade e assertividade.

Diante do agravamento das questões sociais, o Estado precisa atender as demandas da população com a ampliação de orçamentos para o estabelecimento de políticas públicas. É imprescindível o fortalecimento dessas políticas em seu conjunto, porém quero destacar a urgência da defesa do Sistema Único de Saúde - SUS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Houve aumento de violação de direitos e já sentimos os impactos disso na Política de Assistência Social e na sua oferta de serviços, pois um número cada vez maior de cidadãos passou a buscar o programa de transferência de renda, os benefícios de prestação continuada, o auxílio emergencial, o acolhimento institucional, etc. Por isso, são necessários mais investimentos para a ampliação de unidades, de recursos humanos, infraestrutura e equipamentos de proteção individual - EPIs.

A temática é bastante densa e exigiria outros apontamentos sobre as condições dos serviços ofertados pela Política de Assistência

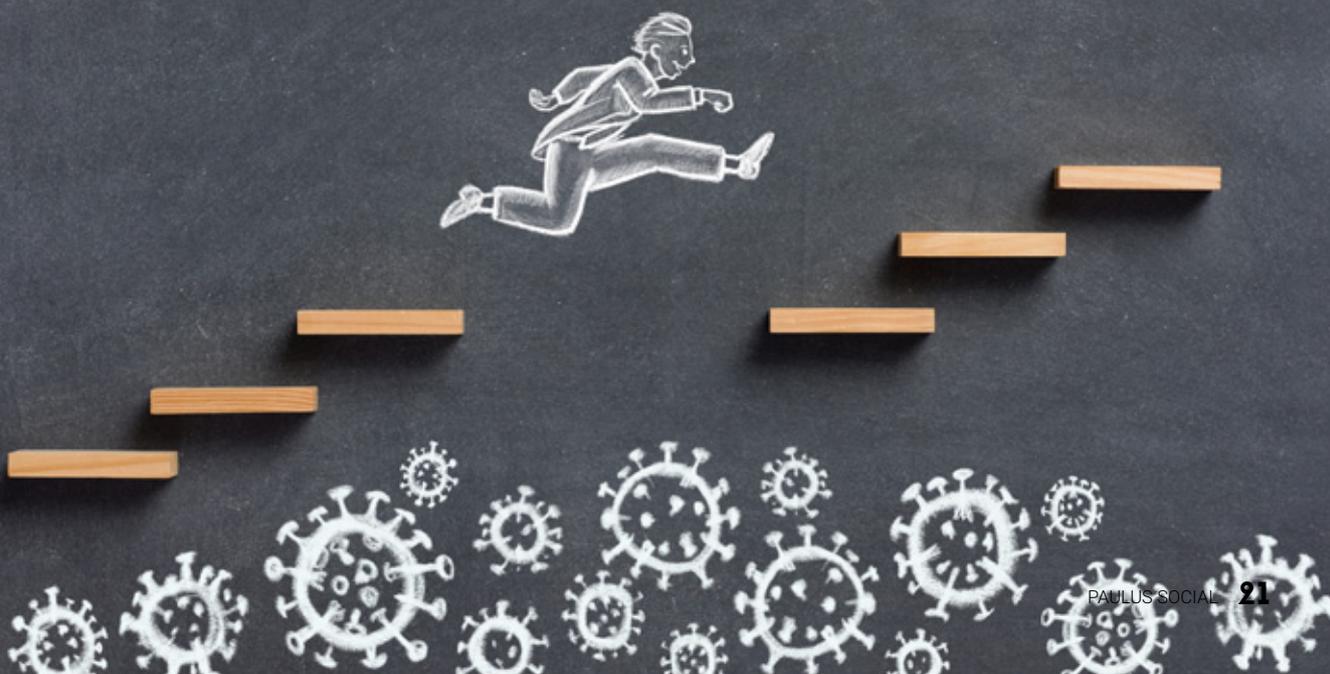
Social em seus territórios, porém destaco algumas questões vivenciadas na prática cotidiana de trabalhadora do SUAS. No sistema capitalista vigente, a conjuntura sempre esteve desfavorável, mas a pandemia ampliou as crises, de forma que temos um cenário ainda mais complexo, cujo tempo de duração ainda não conseguimos prever. Torcemos para que os resultados das vacinas que têm sido testadas cheguem brevemente para conter esta doença em escala global.

Muitos são os esforços para sanar as problemáticas vivenciadas e, embora as estatísticas apresentem um cenário desestimulador, são significativas as ações e estratégias desenvolvidas por um conjunto de atores para resistir e construir outra realidade: os cientistas, as universidades públicas, os profissionais de saúde, os trabalhadores da Assistência Social e outras categorias profissionais. São grupos que têm feito enfrentamentos em prol do bem comum, mostrando que as lutas permanecem com os movimentos sociais, os militantes e o conjunto de trabalhadores.

Os desafios são muitos, porém, acreditar, agir, cobrar, fazer, investir, ampliar são caminhos para avançar na direção do direito à vida e à saúde com dignidade.

Alexandrina Brasil do Nascimento Maranduba

é assistente social, servidora pública municipal e trabalhadora do SUAS. É especialista em Gestão e Serviços do Sistema Único de Assistência Social, pela Fapcom, e em Envelhecimento pela Unifesp.



QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O **FUTURO PRÓXIMO**

Por Redação

Yuval Noah Harari, o israelense que conquistou o mundo com suas ideias, análises e prognósticos para a sociedade humana em escala global, escreveu, em março deste ano, um ensaio para a revista norte-americana *Times* intitulado “Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade”, em que diz: “muitas pessoas culpam a globalização pela epidemia do coronavírus e afirmam que o único jeito de evitar novos surtos dessa natureza seria desglobalizar o mundo (...). Muito pelo contrário. O verdadeiro antídoto para epidemias não é a segregação, mas a cooperação”.

No mesmo documento, o historiador avança: “Hoje a humanidade enfrenta uma crise aguda não apenas pelo coronavírus, mas também pela falta de confiança entre os humanos. Para derrotar uma epidemia, pessoas precisam confiar nos cientistas especialistas, cidadãos precisam confiar nas autoridades públicas (...) agora estamos enfrentando essa crise com uma vacância de líderes globais que possam inspirar, organizar e financiar uma resposta global coordenada”.

A boa inspiração do intelectual nos chega sem as hierarquias do saber absoluto e as amarras acadêmicas de autoafirmação dos que continuam no Brasil em um circuito egoico e anacrônico, que atrasa o avanço das humanidades universitárias. Alguns pensadores desse meio fazem circular ideias para o enfrentamento da crise com modelos dos anos 80 do século passado, o que torna quase impossível a efetividade de tais medidas para a realidade atual.

A pandemia do novo coronavírus trouxe para o mundo diversos desafios, dentre eles a manutenção do funcionamento das chamadas macroeconomias e derivados. Como desenhar a sobrevivência das sociedades contemporâneas considerando a potencialidade de contágios e o alto percentual de mortes no decorrer disso? Há quem não se importe, mas o tema está na mesa do debate ético e os defensores do direito à vida continuam presentes na discussão.

Na área social, os desafios são ainda maiores. Se para os setores da produção de mercado estão faltando condições e volume de financiamento, o que dizer da já combalida sobrevivência das estruturas que dedicam sua existência a garantir os direitos dos excluídos, que são impedidos do usufruto de suas cidadanias pela negação de ofertas que lhes garantam os chamados mínimos sociais?

No Brasil há uma imensa teia de serviços historicamente compromissados com esse resultado. Essa iniciativa, que ganhou *status* de Política Pública com a Constituição Federal de 1988, Artigo 194, e virou lei complementar de nº 8.742 de 1993 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, teve vários avanços de forma e conteúdo nas últimas décadas, mas sempre patinou no rastro das concepções de sociedade, de homem e de direitos civis herdadas dos mais de 500 anos que a precederam.

A pandemia nos traz a consequência dura de assistir os poucos recursos destinados a essa política se tornarem ainda mais escassos, piorando as já precárias condições de financiamento da Assistência Social, seja para as redes públicas, que desenham e mantêm o Sistema Único de Assistência Social disponível para a sociedade, seja para a quase inexistente rede privada, apenas parcialmente estruturada.

Diante do horizonte dantesco das possíveis condições pós-pandemia, a pergunta de um milhão de euros é: como as entidades e instituições que compõem a rede de atendimento à sociedade irão sobreviver daqui para frente sem o financiamento necessário? A *Paulus Social* ouviu alguns agentes importantes neste tema e traz aqui um resumo de algumas impressões e visões conjunturais.

Para a presidenta do SINIBREF – Sindicato Interstadual das Instituições Benéficas Religiosas e Filantrópicas Elaine Clemente, “as transformações, que já ocorreram, que estão ocorrendo e provavelmente ainda ocorrerão, sejam nas mudanças radicais na forma de atendimento ao público, ou no comportamento e relacionamento no ambiente de trabalho, ou ainda na alteração brusca do relacionamento com seus parceiros e financiadores, impactam e ainda impactarão a gestão eficaz das organizações, que em meio à crise causada pela pandemia tiveram que se adaptar para continuar a prestação dos serviços assistenciais à população concomitantemente a perda de recursos para sua própria sustentação”.

Elaine cita ainda algumas medidas de proteção emergencial para as organizações como “os termos aditivos às Convenções Coletivas de Trabalho que visam garantir as prerrogativas trazidas pela Medida Provisória 936/2020 (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública, como redução proporcional da jornada de trabalho e de salários e suspensão temporária da jornada de trabalho) e também pela Medida Provisória 927/2020 (visa preservação do emprego e da renda, como o teletrabalho, a antecipação de férias individuais e afins)”. Esses termos são importantes, pois ajudam a conter a crise e preparam o terreno para o devir.

Para a assistente social Deosolita Silva, especialista em Gestão da Política de Assistência Social que atua no Programa de Assessoramento da Fundação Francisco e Clara de Assis, no município de Diadema/SP, “o SUAS, que é operacionalizado por meio de repasses financeiros em sua grande parte do governo federal, já vem sofrendo cortes drásticos nos últimos anos. Não devemos esquecer que este cenário é somente a concretização do já anunciado nos últimos anos, somente uma grande panela de pressão que explodiu”.

Deosolita acrescenta: “A pandemia causada pela Covid-19 revelou outras fragilidades da área, entre

as quais, a falta de conhecimentos e informações mais claras sobre as demandas socioassistenciais da população atendida, o que agrava os cortes recorrentes de financiamento pelos argumentos inconsistentes da maioria dos operadores do Sistema, e a tendência parece ser a continuidade da desqualificação da Política, não só pelo descompromisso recorrente do poder público, mas também pelas heranças históricas que não nos foi possível superar como segmento profissional e como operadores dos mecanismos garantidores de direitos à população”.

A gerente do Departamento de Assistência Social da PAULUS Dulcinéia Reginato também vê com preocupação o “*day after*” das Instituições de Assistência Social frente à pandemia do coronavírus: “Há uma forte tendência ao recrudescimento de uma espécie de informalidade no financiamento e na utilização de recursos como o retorno dos voluntários por generosidade, da distribuição de alimentos, da desconexão do sentido da Política como direito. O aumento da pobreza pela falta de dinheiro circulante para a produção de bens parece agora transformar a área social em um grande e emergencial canteiro de benefícios, sem as condicionalidades que os tornariam Políticas de Estado. Somente uma atuação planejada, articulada e inovadora do setor poderá criar outras alternativas em médio prazo”, conclui Dulcinéia.

A despeito de a sustentação do funcionamento das Organizações Sociais ser uma preocupação emergente, o que temos visto é a depreciação das vidas humanas. A ausência de líderes competentes e humanistas, a dificuldade de captar e reter recursos, a insegurança pela ausência de vacinas confiáveis e as dificuldades de elaboração de novas metodologias para atendimento remoto, seja pela falta de instrumentos ou de habilidades, são desafios deste tempo para o nosso trabalho.

Não bastassem nossas responsabilidades de praxe, as realidades políticas, biológicas e econômicas parecem querer nos asfixiar ainda mais. Resistir é preciso. Como pista, podemos recorrer ao raciocínio do professor Harari no mesmo texto já aqui mencionado: “a humanidade esteve ganhando a guerra contra epidemias porque na guerra entre os patógenos e os médicos, os patógenos dependem cegamente das suas mutações, enquanto os médicos se apoiam na análise científica da informação”. Precisamos de mais pesquisa, estudo e ciência em nosso fazer profissional para resistir e vencer.



Foto: iStock



CONVIVÊNCIA À DISTÂNCIA

AS ADAPTAÇÕES DO ATENDIMENTO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE O DISTANCIAMENTO

Por Redação

A atual pandemia manifestou o indescritível. A maior parte dos adjetivos é falha ou simplória para descrever a dinâmica social que vivemos desde o fim do primeiro trimestre de 2020. Se as redes sociais vinham progressivamente redimensionando a forma como nos relacionamos, as medidas de distanciamento social, necessárias para o enfrentamento da Covid-19, alteraram de forma definitiva nossa forma de conviver.

A Assistência Social, como diversas outras políticas essenciais, não passa ilesa por esse período. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Acolhimentos Institucionais - SCFV, Centros de Referência e diversos outros aparelhos de atendimento à população precisaram se adaptar para lidar apropriadamente com a conjuntura atual.

“Inicialmente eu não achava que o vírus iria atingir a gente com tanta intensidade, apesar de acompanhar as notícias sobre outros países e sobre a facilidade do contágio do vírus. Não imaginei que chegaria aqui com tanta fa-

cidade e tão rápido”, relata Aylanne, educadora social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Recife/PE. Ela prossegue refletindo sobre as impressões mais imediatas acerca do distanciamento social: “No dia a dia, no convívio semanal que a gente tem com as crianças, adolescentes e familiares, muita coisa já passa despercebida. Ao mesmo tempo, tanta coisa é observada que não caberia em um relatório diário. É só esse contato cara a cara que pode trazer essas observações. Pensei logo que o trabalho ficaria bem comprometido por essa ausência do convívio pessoal”, diz Aylanne.

Anne Carolina Silva da Costa, orientadora social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Formando Cidadãos, na Vila Mariana, em São Paulo/SP, fala sobre as percepções acerca do processo de adaptação: “Primeiro foi a tentativa de se adaptar a um novo modelo. Quando a gente entrou nesse período tínhamos muito medo, muita dúvida e angústia. A gente tinha que ‘achar o ponto’, porque tudo era desconhecido. Alguns dias depois passamos

a estabelecer essa conexão *on-line* com as famílias, até porque a gente não tinha noção na época se iríamos ficar 15 dias ou mais tempo. No começo a gente foi pelo tato, pela intuição muitas vezes”, relata Anne Carolina.

Desde o primeiro momento, Aylanne se lembra das reações dos atendidos diante das medidas de distanciamento. “Eu pude perceber que as famílias, assim como alguns colegas de função, não tinham ideia do tamanho do problema. E também boa parte não compreendia a gravidade. No começo a gente recebia muitas reclamações, principalmente de crianças e idosos, que têm uma energia de convivência, de querer, de gostar, de tocar e de sentir o momento. Grande parte reclamava e sentia muito essa ausência logo no começo. Outra parte achava que tudo era exagero, que duraria poucos dias”.

Roger, orientador social do Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente PAULUS, na Freguesia do Ó, zona norte do município de São Paulo, observa também que o desencontro de informações no começo do distanciamento social teve impactos na forma como as famílias encararam a situação: “Tudo faz sentido quando a gente compara como nossos atendidos e suas famílias são orientados e recebem informações e como a gente recebe as informações; isso afeta o SCFV quando você discute com seu atendido e a família que é importante ficar em casa e lá no início a orientação era diferente. Então senti que essa falha na comunicação das esferas governamentais começou a prejudicar nosso serviço, já que muita gente não se cuidava no início. Como não se tinha muita informação definida, a gente entrou em um limbo de estar totalmente apropriado para falar disso além dos cuidados básicos. Sempre assegurar às famílias que o certo era ficar em casa e esperar outras recomendações. No início foi algo muito incerto, no qual as pessoas não acreditavam”.



A mandala de flores foi outra atividade desenvolvida pelo CCA De Olho no Futuro.

Ele também sinaliza alguns motivos pelos quais alguns não se isolaram a princípio: “Em parte por essa questão estrutural, pois infelizmente a gente vive em um país no qual muita gente vive de subempregos. Para as famílias e muitos atendidos colocar o pão na mesa vem antes da própria saúde. Mesmo em um cenário desses tem muita gente que precisa se manter trabalhando. Eles não têm outro caminho a não ser trabalhar. Muitas famílias foram prejudicadas e perderam o emprego, mas muitas famílias encontraram formas alternativas de gerar dinheiro para poder pagar as contas. Isso requer se arriscar na rua; aconteceu muito no começo e está acontecendo até agora”.

David Wilson Palácio, que trabalha em um centro de acolhida para pessoas em situação de rua, na zona leste



A atividade “Diário de Bordo” foi desenvolvida como atividade *on-line* para as crianças atendidas pelos educadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CCA De Olho no Futuro.

“ A estratégia foi trazer propostas de atividades lúdicas, que mexem com a mente, com o autocuidado, uma coisa leve, mas com algum sentido de preservação e pertencimento à família. ”

de São Paulo, lidou com questões de outra ordem, já que a dinâmica de seu serviço conta também com a permanência dos usuários: “No começo foi muito difícil instituir uma política de distanciamento social, pois havia divergências entre as esferas municipal, estadual e federal. As saídas permaneceram, mas a gente gerou um procedimento de justificação de saídas, mas isso foi só no começo da pandemia quando a ordem era ficar 100% em casa. Os atendimentos da assistente social e da psicóloga focavam em questões mais urgentes, grupos reduzidos, mudou a quantidade de assembleias”. Ele se atenta também às particularidades do acompanhamento da população em uma situação de rua mais agravada pela vulnerabilidade social: “Uma questão no começo era sobre atender a população que está na rua. Começamos uma triagem maior, um acompanhamento em relação à pernoite, mas não deixamos de abrir vagas conforme elas surgiram. Tudo para resguardar tanto o quadro de funcionários quanto prestar um bom atendimento à população. Nada foi paralisado, mas continuamos as atividades de forma reorganizada”. “A dificuldade maior é: somos um centro de acolhida, então somos a casa de uma pessoa”, complementa, sublinhando alguns dos desafios enfrentados: “Como manter as pessoas aqui sem ferir o seu direito de ir e vir? A população em situação de rua tem uma relação com a rua, então, como mudar essa relação?”.

Geisa Gomes, que atua no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Olho no Futuro em Osasco/SP, comenta sobre algumas interações e percepções: “Logo no início do isolamento eu e o supervisor do SCFV fomos realizar a entrega de cestas básicas para as famílias. Foram dois dias de trabalho e nesse contato com as famílias pude sentir coisas diversas: pessoas esperançosas que terminasse logo a crise, outras que não acreditavam muito na seriedade do vírus e outras que já estavam sentindo os danos desse processo”.

Uma estratégia adotada por diversos SCFV foi a de elaborar atividades *on-line* para manter o contato com as

famílias e o exercício da convivência: “Depois do trabalho estruturado e do início das atividades remotas, a percepção é de saudade, de esperança, de cuidado coletivo. Agora em agosto, o que consigo sentir além desse sentimento é um desejo de cuidado e de se manter esperançoso, mas também há um sentimento de cansaço”, diz Geisa.

Aylanne fala de algumas dificuldades do processo de conviver à distância: “Um problema dessa dinâmica, da convivência virtual, é ser pouco inclusiva. Alguns dos participantes não têm os recursos, ou seja, as vulnerabilidades gritam quando a gente coloca como condição da garantia de um serviço público esses requisitos”.

Reconhecendo essas dificuldades, Anne pontua a persistência e as expectativas ao se atuar dessa forma: “Quando começamos, pensávamos que se duas crianças respondessem, pelo menos, já teríamos algum contato. Nós pensamos em convivência mais por qualidade do que por quantidade. Uma família amparada por nós e estamos com o trabalho feito. Uma ou trinta. Agora, diante dos resultados, a gente está pensando em inovação, ampliação, fazer coisas diferentes”. Já Roger aponta alguns êxitos dessa atuação: “A estratégia foi trazer propostas de atividades lúdicas, que mexem com a mente, com o autocuidado, uma coisa leve, mas com algum sentido de preservação e pertencimento à família. Isso foi o que bolamos para manter a ideia de vínculo familiar”, afirma.

David sinaliza que, apesar dos receios iniciais, bons resultados foram obtidos ao longo dos meses. “Um sucesso fundamental e inesperado foi que, à medida que a pandemia ia ficando mais crítica, a população começou a entender a necessidade de ficar em casa, o que deu um apoio ao nosso trabalho. Outro sucesso inesperado foi o nível baixíssimo de conflitos com o regulamento e de conflitos internos, e eles eram de se esperar em uma situação extrema como essa. Além disso, muita gente se desenvolveu no trabalho de oficinas, fazendo máscaras e doando para outros serviços, por exemplo. Nesse momento de crise as pessoas escolheram uma terapia ocupacional que é o artesanato. Durante nossos grupos, nossas conversas, a gente sempre frisava que a ocupação manual poderia ser uma alternativa para a angústia que se sentia na quarentena”, relata David.

Por fim, Roger conclui, observando que algumas das estratégias adquiridas durante este momento podem ser mantidas no futuro: “Quando acontecer um retorno presencial é interessante não abandonarmos alguns destes elementos; aprender a trabalhar de forma presencial utilizando também essas tecnologias, e prosperar nesse sentido de fazer essa coisa dual: estar presente fisicamente e virtualmente”.

A PARTICIPAÇÃO DAS **MÃES** SOLO NA GARANTIA DOS DIREITOS DE SEUS **FILHOS***



Por Acácia de Castro de Freitas, Diunei Conceição de Andrade, Marcela Faria de Almeida, Paulo Vitor da Silva Cruz e Sonia Aparecida Amante Lopes

Atualmente, milhares de crianças no mundo são criadas por mães solo. Essa realidade persiste há vários séculos e essas mulheres são colocadas, muitas vezes, em condições subumanas para conseguir recursos para a manutenção de suas vidas. Por vivermos em uma sociedade patriarcal, as mulheres são tipicamente rotuladas de forma preconceituosa por conta do contexto social e desse arranjo familiar.

É muito comum escutarmos a expressão “mãe solteira” para se referir àquelas mulheres que criam sozinhas os seus filhos. Se o pai não divide a criação com a mãe igualmente, se responsabilizando por 50% do tempo, ela ainda será considerada uma mãe solo – mesmo que ele coloque seu nome na certidão de nascimento do filho, pague a pensão e veja a criança algumas vezes durante a semana. Cuidar e criar envolve tudo aquilo que gira em torno da vida dos pequenos. Infelizmente, ainda existe uma cultura que viabiliza esse comportamento masculino de isenção perante a paternidade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, mais de 57 milhões

de lares brasileiros são chefiados por mulheres, o que significa algo em torno de 40% das famílias do país. Desse total, aproximadamente 57% vivem abaixo da linha da pobreza. Entre as mulheres negras, a proporção sobe para 64,4%. Hoje, 26,5% de brasileiros são considerados pobres, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS-IBGE), que segue o parâmetro adotado pelo Banco Mundial para definir a pobreza (famílias que vivem com até US\$ 5,5/R\$ 25 por dia, por pessoa no domicílio).

Mães solo encaram preconceitos e enfrentam discriminações para encontrar trabalho. Somam-se a isso um Estado ausente, a raridade de creches e os preconceitos de toda ordem desta sociedade sexista, que agrava as condições de vulnerabilidade dessas mulheres e suas famílias.

Os direitos e deveres de uma mãe solo são os mesmos no que tange aos cuidados de qualquer criança ou adolescente, como garante o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que prevê que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). Os mesmos direitos, com igual prioridade, são defendidos pelo artigo 4º do ECA (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990).

O direito da criança inicia na gestação, conforme a Lei nº 11.804 de 05 de novembro de 2008 e conforme descrito no ECA, que afirma o direito da mulher gestante à alimentação e a outros itens, como a cobertura de despesas decorrentes da concepção, da alimentação especial, da assistência médica e psicológica, de exames complementares, de internações, do parto, de medicamentos e demais prescrições pelo médico e o que o Juiz considere pertinente (BRASIL, 1990).

Os primeiros deveres da mãe para com o filho são o cuidado durante a gestação e, em sequência, o registro civil, sendo esta a primeira condição para garantir a cidadania de um indivíduo. Após os primeiros compromissos com o filho, qualquer mãe tem uma série de responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento integral da criança. Porém, em alguns casos, isso é negligenciado devido a uma série de fatores ligados tanto à rotina da mãe quanto aos serviços públicos disponíveis. Enquanto os estabelecimentos de atendimento da saúde e educação devem proporcionar condições para o atendimento integral da criança, em paralelo, os pais ou responsáveis devem apoiar todo o processo.

Sabe-se que as leis e os serviços são de suma importância para as crianças e adolescentes terem um desenvolvimento saudável em todos os municípios e Estados do Brasil. Infelizmente, isso não acontece conforme previsto em lei, seja por falha dos serviços, dos Conselhos Municipais de Direitos, da articulação das Redes de Proteção, da própria sociedade, dos governantes ou da própria família, por diversas motivações.

Realizar o cuidado dos filhos é sempre um desafio, principalmente quando a mulher se encontra sozinha para tal exercício, surgindo assim a necessidade de se reinventar diariamente.

Dentro da Política de Assistência Social existem diversos serviços, programas e projetos que dão suporte para as mães

solo e possibilitam sua autonomia e emancipação, de acordo com as realidades individuais. Para que haja mudanças na vida familiar de indivíduos que solicitam os serviços de atenção à família, é imprescindível o estabelecimento de processos de atenção que deem suporte para o enfrentamento dos problemas sociais gerados no cotidiano de uma sociedade movida pela intensificação da desigualdade social. Porém, isso nem sempre é suficiente.

Em paralelo a essa realidade, há uma grande parcela de mães solo que não estão inseridas nessa política, por não estarem dentro dos critérios de elegibilidade, mas que também apresentam uma série de dificuldades, principalmente sobre a maternidade. Ainda assim, essas mulheres criam, pelas redes sociais, uma rede de suporte própria, como por exemplo: grupos de apoio às mães solteiras; GAMS - Grupo de Apoio à Mãe Solo e o *blog* Grávida Solteira. As dificuldades da maternidade que esses grupos descrevem não estão apenas nas trocas de fraldas e no choro durante a madrugada, mas também na falta de alguém para conversar, principalmente quando se é a primeira mãe de um grupo de amigos ou quando se é mãe solo.

Há também aplicativos como o Peanut, um “Tinder para mães”, em que, ao invés de marcar encontros amorosos, mulheres que estão experimentando a maternidade podem conversar, partilhar vivências e aliviar a solidão trazida por essa condição. Em todas as redes de apoio virtual, a ideia é que as mães possam se conectar não apenas para falar sobre seus filhos, mas também para trocar experiências e orientações.

*Excerto de artigo elaborado para a formação “As novas configurações sociais no núcleo familiar brasileiro”, do Programa InovaSUAS, realizada no primeiro semestre de 2020.

“As dificuldades da maternidade que esses grupos descrevem não estão apenas nas trocas de fraldas e no choro durante a madrugada, mas também na falta de alguém para conversar.”



VESTIBULAR FAPCOM 2021.



AONDE VOCÊ PODE CHEGAR?

AONDE VOCÊ QUISER.

JORNALISMO

GRADUAÇÃO • 4 ANOS

Melhor Curso do Brasil no Conceito Enade/2018 - Nota 5

FILOSOFIA

BACHARELADO • 3 ANOS | LICENCIATURA • 4 ANOS

Nota Máxima (5) Lic/Bach - MEC/2016

RÁDIO, TV E INTERNET

BACHARELADO • 4 ANOS

Nota Máxima no Conceito do MEC (5) - MEC/2017

FOTOGRAFIA

GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA • 2 ANOS

Nota 4 - Enade/2018

RELAÇÕES PÚBLICAS

GRADUAÇÃO • 4 ANOS

2º Lugar Curso de RP da Cidade de SP - MEC/2016

MULTIMÍDIA

GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA • 2 ANOS

Reconhecido Cidade de SP - MEC/2016

AUDIOVISUAL

GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA • 2 ANOS

Nota Máxima no Conceito do MEC (5) - MEC/2019

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

BACHARELADO • 4 ANOS

Melhor Curso Cidade de SP no Conceito ENADE/2018 - Nota 5

INSCREVA-SE JÁ.

VESTIBULAR.FAPCOM.EDU.BR



Mais que um nome,
CONTEÚDO.

ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PAULUS



O Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social foi constituído no ano de 2011. Sua finalidade principal é construir coletivamente, a partir do conhecimento acumulado no âmbito da política de Assistência Social, soluções contextualizadas para as demandas das organizações sociais. Essa geração de oportunidades se realiza pelo investimento no usuário, o aperfeiçoamento profissional, a promoção, formação, produção e disseminação de conhecimentos.

Este serviço consolida a PAULUS como entidade de Assessoramento, cruzando todo o país com ações dirigidas ao público da Assistência Social, voltadas prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, assim como a formação e capacitação de lideranças. Os cursos, pesquisas e publicações são oferecidos gratuitamente.

A partir da atuação em rede com outras grandes organizações da Assistência Social, o Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social desenvolve ações com ênfase nas cinco regiões do país e está estruturado para dialogar e construir coletivamente as soluções para as principais demandas da política de Assistência Social no Brasil.



Assistência Social PAULUS
11 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

paulus.com.br

**PAULUS**